

A EUTANÁSIA E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO BRASIL

Kauana Mary Diurza¹

André Luis Pontarolli²

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade realizar uma análise sobre a Eutanásia e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana no Brasil. O direito de um paciente, em estado vegetativo e terminal ou que sofre imensas dores que o fazem sofrer intensamente, poder ter uma morte digna. Também é realizada uma comparação entre a prática da Eutanásia no Brasil com outros países em que este procedimento é legalizado. Aborda casos reais, inclusive ocorridos neste país e alicerça-se a ideia de avanço quanto ao tema, trazendo projetos de mudança na legislação brasileira sobre o assunto. É realizada a ponderação dos princípios constitucionais da autonomia da pessoa poder escolher o rumo de sua vida, da dignidade da pessoa humana frente à situação indigna que muitos pacientes vivenciam ao saber que seu quadro clínico é irreversível, que é a sua própria condição de estar vivo que lhe está causando o imenso sofrimento.

Palavras Chaves: Eutanásia; Dignidade da Pessoa Humana; Direito à Morte Digna; Direito à Vida; Inviolabilidade do Direito à Vida; Autonomia da Vontade.

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze the Euthanasia and the Principle of Human Dignity in Brazil. The right of a patient in a vegetative and terminal state or, who suffers great pains that make him suffer intensely to be able to have a dignified death. A comparison is also made between the practice of Euthanasia in Brazil with other countries in which this procedure is legalized. It addresses real cases, including events in this country and is based on the idea of advancement on the subject in the present as well as, brings projects of change in Brazilian legislation on the subject. The constitutional principles of the autonomy of the person to choose the course of his life, the dignity of the human person, are confronted with the unworthy situation that many patients experience when they know that their clinical picture is irreversible, which is their very condition of being alive Which is causing him immense suffering.

Keywords: Euthanasia; Dignity of Human Person; Right to Dignified Death; Right to Life; Inviolability of the Right to Life; Freedom of Choice.

1

Bacharel em Direito pelas Faculdades OPET. E-mail: kauana.mary@hotmail.com

2 Orientador do trabalho. Professor do Curso de Direito das Faculdades OPET. E-mail: andre_pontarolli@hotmail.com

1. Introdução

A Eutanásia é um tema bastante relevante e, ao mesmo tempo polêmico, principalmente em países como o Brasil, onde existe: de um lado, a consagração do direito constitucional da dignidade da pessoa humana; de outro lado, a garantia fundamental da inviolabilidade do direito à vida. Assim, surge a questão:

Até que ponto o Estado pode intervir na autonomia da vontade de uma pessoa, em sã consciência mental, portadora de grave e incurável doença, na escolha de morrer com dignidade, sem dor e sofrimento, para assegurar a garantia constitucional da vida humana?

O presente artigo tem por objetivo, demonstrar a realidade que muitas pessoas vivenciam, presas às formalidades do ordenamento jurídico brasileiro, que considera a prática da eutanásia como ato ilícito, contudo, por outro lado, não possuem nenhum tipo de ajuda, tampouco assistência adequada do Estado e, em meio a tantos conflitos, passam dia após dia sofrendo.

Buscar-se-á, para tanto, definições sobre a eutanásia e a sua relação com o princípio da Dignidade da Pessoa Humana, consagrado na Constituição Federal de 1988, a garantia constitucional da inviolabilidade do direito à vida, o direito à vida em si, o direito de morrer, o direito a ter uma morte digna e o direito ao livre arbítrio correlacionado com a autonomia da vontade de cada ser humano.

Serão analisados casos reais da prática da eutanásia, inclusive no Brasil, a partir de estudo de caso no qual o Júri da cidade de Rio Claro, no estado de São Paulo, absolveu um homem que matou o seu irmão tetraplégico por piedade. Ainda, será feita uma comparação entre o que acontece quando alguém realiza o procedimento eutanásico no Brasil, que criminaliza tal conduta, e em países que legalizaram a prática.

2. Direito à vida

A Vida é o bem mais precioso que uma pessoa pode ter, pois esta pressupõe a própria existência humana. Somente a partir da vida é que o ser humano passa a ser titular de direitos e deveres.

Neste sentido, a República Federativa do Brasil é signatária de tratados internacionais de proteção aos direitos humanos que tutelam o direito à vida. A

Convenção Americana de Direitos Humanos protege a vida desde o momento da concepção:

Art. 4º: Direito à vida.

I - Toda pessoa tem o direito de que se respeite a vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente.³

Do mesmo modo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos em seu artigo 3º preceitua que, “*toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal*”⁴. Além disso, o ordenamento jurídico brasileiro tutela a vida como direito fundamental no caput do artigo 5º, ao dispor que, “*todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida*”⁵.

Nesse sentido:

[...] a proteção constitucional da vida humana não se restringe à vida biológica, pois, abrange a proteção à vida digna no seu sentido mais amplo. O respeito à vida digna pressupõe a garantia dos direitos fundamentais relacionados a ela, o que engloba não só os direitos básicos de sobrevivência do ser humano, como também os direitos vinculados ao bem-estar psíquico e social.⁶

Com isso, percebe-se que a vida da pessoa humana é tutelada pelo Estado desde o momento da concepção até o seu termo final, ou seja, é assegurado a todos o direito de nascer e de viver.

3

COSTA RICA; São José. **Convenção Americana sobre Direito Humanos**. 22/11/1969. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_america.htm>. Acesso em: 24/05/2016.

⁴ BRASIL. **Unicef. Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 10/12/1948. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm>. Acesso em: 23/05/2016.

⁵ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 05/10/1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 23/05/2016.

⁶ BRUTTI, Tiago Anderson; MARDERO NETO, Rainére. Reflexões acerca da eutanásia: aspectos médicos e jurídicos. *In: XVI Seminário Internacional de Educação no Mercosul*. Disponível em: <<http://unicruz.edu.br/mercosul/pagina/anais/2014/DIREITO%20AO%20MAIS%20ALTO%20PATAMAR%20DE%20SAUDE%20FISICA%20E%20MENTAL/ARTIGO/ARTIGO%20-%20REFLEXOES%20ACERCA%20DA%20EUTANASIA.PDF>>. Acesso em: 30/05/2016.

2.1 O princípio da dignidade da pessoa humana

Na antiguidade clássica, dignidade da pessoa humana era entendida como a posição social ocupada pelo indivíduo e o seu grau de reconhecimento pelos demais membros da comunidade, daí poder falar-se em uma quantificação e modulação da dignidade, no sentido de admitir a existência de pessoas mais dignas ou menos dignas.⁷

Ou seja, quanto mais *status* social uma pessoa detinha, mais ela era digna. Nesse viés, a dignidade não atingia todo ser humano, via de consequência, nem todas as pessoas eram respeitadas ou tinham direitos assegurados, a exemplo dos escravos, que eram entendidos e considerados como objeto de deveres e obrigações, contudo, não de direitos.

Em contrapartida, no período medieval, o pensamento predominante sobre dignidade passou a ser determinado pela igreja católica, destacando-se as considerações do Papa São Leão Magno, o qual pregava que “*os seres humanos possuem dignidade pelo fato de que Deus os criou à sua imagem e semelhança, e que, ao tornar-se homem, dignificou a natureza humana*”⁸.

Ou seja, se Deus criou os seres humanos à sua imagem e semelhança, todos deveriam respeitar os seus mandamentos para fazer jus à sua dignidade.

Entretanto, somente com o fim da Idade Média e início da Idade Moderna, a partir do advento do Iluminismo, tendo como principal característica a primazia pela racionalidade humana, é que o homem passou a ser o centro das atenções.

A partir daí, a dignidade da pessoa humana passou a ser entendida como algo inerente, intrínseco e reconhecido a todos os seres humanos. Todos eram merecedores de consideração e respeito frente à sociedade, todos eram detentores de direitos para garantia de condições existenciais mínimas.

Não obstante inúmeras violações à dignidade ainda podem ser verificadas, historicamente, em níveis alarmantes. Após o horror causado pelo Holocausto, toda a comunidade internacional buscou, além de reconhecer que todas as pessoas são dotadas de dignidade, garantir tal preceito. Para isso, surgiu a necessidade de regulamentar a dignidade da pessoa humana num patamar mundial.

⁷ SARLET, Ingo Wolfing. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 8ª Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010, p. 32.

⁸ Ibid, p. 34.

Criou-se então, no ano de 1945 a ONU (Organização das Nações Unidas), com a finalidade precípua de observar os direitos humanos, bem como, evitar conflitos internacionais. Ato contínuo, no ano de 1948, foi consagrada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que, em seu preâmbulo, estabeleceu “*que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo*”⁹. Por conseguinte consagrou:

que os povos das Nações Unidas reafirmaram na Carta sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos do homem e da mulher, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla.¹⁰

Além disso, o artigo primeiro, afirma que “*todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade*”¹¹.

A partir desse momento, a dignidade da pessoa humana passou a ser respeitada de modo mais aprofundado e as nações do mundo passaram a reconhecê-la em suas respectivas Constituições, bem como, passaram a buscar a cada dia mais mecanismos para sua proteção.

Como visto, nas palavras de Martínez, “*a dignidade, não existe apenas onde é reconhecida pelo Direito e na medida que este reconhece*”¹².

Todavia, como ensina Nipperdey:

Importa não olvidar que o direito poderá exercer papel crucial na sua proteção e promoção, não sendo, portanto, completamente sem fundamento que se sustentou até mesmo a desnecessidade de uma definição jurídica da dignidade da pessoa humana, na medida em que, em última análise, se cuida do valor próprio, da natureza do ser humano como tal.¹³

⁹ BRASIL. *Unicef. Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 10/12/1948. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm>. Acesso em: 24/05/2016.

¹⁰ Ibid.

¹¹ Id.

¹² ALEGRE, Martinez. **La dignidade de la persona como fundamento de ordenamento Constitucional Español**. León, Universidad de León, 1996, p. 21.

¹³ NIPPERDEY, H. C. *In: GRUNDRECHTE, Die. Neumann/Nipperdey/Scheuner*. Volume 2. p.

Ou seja, a dignidade da pessoa humana nunca foi uma obra, uma criação do direito, ela sempre existiu. O que ocorreu foi apenas o seu reconhecimento quando da sua positivação, impondo ao Estado o dever de protegê-la bem como, de outro viés, servindo de limitação ao próprio poder estatal.

No Brasil, a dignidade da pessoa humana está positivada na Constituição Federal, em seu artigo 1º, inciso III, dentro do rol dos Direitos Fundamentais. Ou seja, trata-se não somente de um princípio fundamental previsto e garantido pela Constituição Federal, mas, sim, de um valor intrínseco ao ser humano e único para cada um, não podendo, decliná-lo em favor de ninguém.

Sendo, tais considerações melhor entendidas nas palavras de Immanuel Kant, em sua obra "*Fundamentação da Metafísica dos Costumes*", onde formulou a premissa de que:

No reino dos fins, tudo tem ou um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem preço, pode ser substituída por algo equivalente; por outro lado, a coisa que se acha acima de todo preço, e por isso não admite qualquer equivalência, compreende uma dignidade.¹⁴

Enfim, se não houver dignidade, inexiste humanidade.

2.2 A dignidade da pessoa humana e a autonomia

A dignidade humana é oriunda da liberdade e da igualdade entre as pessoas, expressando-se na autonomia privada, com capacidade de autodeterminação e pleno desenvolvimento da personalidade. Traduz o direito de eleger o rumo da própria vida, sem ser discriminado pelas suas escolhas.

Esse preceito fundamental, somente é reconhecido e protegido, porque vivemos num estado democrático de direito. Isso porque, somente em regimes democráticos o estado é comprometido a respeitar o direito da liberdade, não sobrevivendo esta sem a democracia e vice-versa. Somente com a democracia o ser humano encontra seara para o amplo desenvolvimento de sua autonomia e liberdade.

¹⁴ KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes e Outros Escritos**. Tradução de Leopoldo Holzbach. São Paulo: Martin Claret, 2004, p. 58.

Raquel Sztajn entende que a autonomia de vontade “é o poder exercido com absoluta independência pelo sujeito”¹⁵, tratando-se de um conjunto de:

regras que as pessoas escolhem para disciplinar seus interesses nas relações recíprocas, ou seja, o desenho de um autorregramento privado que consiste no que se denomina autonomia privada.¹⁶

Dessa forma, dignidade como autonomia de cada pessoa sustenta o fundamento da escolha individual de cada ser humano decidir quanto à morte.

Em contrapartida, remanesce controle e direta influência do Estado sobre a autonomia de vontade do indivíduo. Nesse sentido, Sztajn considera que:

Embora a vida humana pertença apenas ao seu titular, não ao Estado ou à sociedade, esta tem legítimo interesse em manter a vida de seus membros, pois o homem, por essência, é um ser social, sendo evidente as repercussões de todas as suas ações em relação à sociedade.¹⁷

Ou seja, o Estado está preocupado com todos de uma maneira em geral, garantindo a inviolabilidade do direito. Logo, interfere na autonomia de vontade de cada indivíduo em prol de todos. Neste instante temos: de um lado, o direito à liberdade, à autonomia de vontade e, do outro, as necessidades e interesses coletivos e gerais que o próprio Estado deve garantir.

Isto porque, como contido na obra “Eutanásia, Ortotanásia e Distanásia”:

Se, por um lado, os direitos fundamentais devem ser tutelados concomitantemente pelo ordenamento jurídico, por outro lado, faz-se necessário restringir esses mesmos direitos quando em situação de colisão com outros direitos igualmente fundamentais, uma das situações.¹⁸

¹⁵ SZTAJN, Rachel. **Autonomia Privada e Direito de Morrer**: eutanásia e suicídio assistido. São Paulo: Cultural Paulista, 2002, p. 25.

¹⁶ Ibid.

¹⁷ SZTAJN, Rachel. **Autonomia Privada e Direito de Morrer**: eutanásia e suicídio assistido. São Paulo: Cultural Paulista, 2002, p. 86.

¹⁸ LIMA, C. A. S. *et al.* **Eutanásia, Ortotanásia e Distanásia**: Aspectos médicos e jurídicos. 2ª Ed. São Paulo: Atheneu, 2014, p. 26.

2.3 Conceito da eutanásia, história e classificação

A morte pode ser considerada como uma verdade incontestável, pois é bem sabido que todo o ser humano nasce, cresce, desenvolve-se e morre. Não raras vezes acaba por não completar o seu ciclo, contudo, a morte é um processo natural que, inevitavelmente um dia, será experimentado por todos.

A palavra eutanásia, deriva do grego (*eu* = boa, *thanatos* = morte), devendo ser entendida como o ato de ceifar a vida de pessoa acometida por uma doença incurável, que lhe causa insuportáveis dores e sofrimentos, por piedade e em seu interesse. O que motiva o autor da eutanásia, então, é a compaixão para com o próximo, isto é, busca-se fazer um “bem” àquele doente, fator diferenciador de um homicídio simples (matar alguém). Por isso, ausente a compaixão, não há que se falar em eutanásia, mas sim em homicídio¹⁹.

Logo, o elemento fundamental e caracterizador da eutanásia é a compaixão para com o próximo.

A história da eutanásia revela que, apesar de tal prática estar presente ao longo dos séculos, nem sempre foi compreendida como na atualidade. Diego Gracia possui a tese de que houve três períodos distintos pelos quais a prática da eutanásia passou, quais sejam: “*eutanásia ritualizada, eutanásia medicalizada e eutanásia autonomizada*”²⁰.

Referido autor destaca que, no primeiro período, a prática da eutanásia era feita tanto por amigos e familiares, quanto por magos. Ao passo que, muitas vezes, a eutanásia foi símbolo de um ritual para humanizar o processo da morte, a exemplo da prática da eutanásia piedosa empregada nos feridos de guerra durante a Idade Média, para terem uma “boa morte”.

O segundo período teve início com o advento da medicina científica na Grécia Antiga. Durante esse período, o médico era a pessoa encarregada de praticar a eutanásia como ato de compaixão ao doente em estado terminal.

Após a Segunda Guerra Mundial, em virtude das consequências do holocausto, com as questões suscitadas pelos direitos humanos, sobreveio o terceiro período: eutanásia autonomizada.

¹⁹ LIMA, C. A. S. *et al.* *Op cit*, p. 56.

²⁰ GRACIA, Diego. *Historia de la Eutanásia. In: La Eutanasia y el Arte de Morir*. Col. Dilemas éticos de la medicina – 4. Madrid: Universidad Pontificia Comillas, 1990.

A partir desse momento, a autonomia de vontade dos doentes enfermos começou a ter valor, bem como preponderância no exercício da opção sobre o rumo de suas próprias vidas.

O que pode ser verificado é que a prática da eutanásia somente foi possível quando a vida humana foi reconhecida como um valor fundamental e absoluto, pois, antes disso, as pessoas não poderiam nem ao menos cogitar sobre tal procedimento, na medida em que, diante do cristianismo, se Deus deu a vida a uma pessoa, esta não poderia tirá-la, e sim, tão somente, esperar a vontade divina de ceifá-la.

Cabe observar que a eutanásia, na atualidade, não se restringe apenas aos casos de doenças terminais. Alcança realidades não menos complexas, como, por exemplo, as relacionadas aos recém-nascidos com malformação congênita (eutanásia precoce) e aos pacientes em estado vegetativo irreversível²¹. Portanto, importante trazer a classificação da eutanásia.

Em primeiro momento, a eutanásia é classificada em eutanásia natural e eutanásia provocada. Na primeira hipótese, o óbito ocorre sem interferência ou intervenções externas, ao passo que a eutanásia provocada é aquela que necessita de uma conduta humana, por parte do próprio doente ou de terceiro.

Esta última modalidade (eutanásia provocada) é subdividida em eutanásia provocada: autônoma e heterônoma. A primeira é aquela em que inexistente intervenção de terceiros, ou seja, o próprio doente dá fim à sua vida. Em contrapartida, na segunda modalidade, existe a intervenção de terceiros, para a eliminação do sofrimento do doente com o resultado morte.

A título de conhecimento, cumpre destacar que na hipótese ora exposta de eutanásia provocada autônoma, trata-se basicamente de suicídio e, em virtude disso, o interesse do bem jurídico tutelado “vida” esvai-se por tratar-se de fato atípico no ordenamento jurídico brasileiro.

Outra classificação importante considera o modo de execução. Tem-se, então, a eutanásia ativa e a passiva. A primeira é aquela praticada através de atos que ajudem o doente a tirar a sua vida, sempre buscando, através do resultado

²¹ CARVALHO, Gisele Mendes de. **Aspectos Jurídico-Penais da Eutanásia**. São Paulo: IBCCrim, 2001, p. 17.

morte, a eliminação do sofrimento do enfermo. No que diz respeito à segunda (eutanásia passiva), pode ainda ser subdividida em direta e indireta.

A direta “é a que tem em mira principalmente a diminuição do lapso temporal de vida do enfermo por meio de (atos positivos) que o auxiliam a morrer”²². A indireta busca dois objetivos: “diminuir o sofrimento do paciente e concomitantemente reduzir seu tempo de vida, sendo tal redução um efeito do fim principal, que é, na verdade, diminuir o sofrimento do doente”²³.

2.4 A Constituição Federal, direito à morte digna e aspectos penais

O principal fundamento de defesa da eutanásia é, sem sombra de dúvidas, o direito de uma pessoa ter uma morte digna, pois, se é garantia de todos uma vida digna, porque não o de morrer com dignidade. Para conseguir responder tal questionamento, necessário tecer algumas considerações preliminares.

O ponto de partida e basilar para um possível esclarecimento se dá a partir da interpretação hermenêutica da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, sobretudo dos princípios que esta garante. Isso porque a Constituição Federal:

É a lei fundamental e suprema do Estado brasileiro, segundo o que determina o princípio da supremacia da Constituição. Ela está no vértice do sistema jurídico nacional. Tem posição hierárquica superior em relação a todas as espécies normativas e atos jurídicos do sistema jurídico, dentre eles a legislação penal. Todas as normas que compõem o ordenamento jurídico nacional somente são válidas se estiverem em conformidade com a Constituição. Por isso, todos os atos normativos devem estar de acordo com a Lei Maior, sob pena de serem considerados revogados ou inconstitucionais.²⁴

Em complementação:

A inviolabilidade do direito à vida, prevista na Constituição, deve ser compreendida como o direito a não ter a vida agredida por qualquer conduta humana de terceiro que tenha por base uma ação ou omissão ilegítima.²⁵

²² CABETTE, Eduardo Luiz Santos. **Eutanásia e Ortotanásia**: Comentários à Resolução 1.805/06 CF. Aspectos Éticos e Jurídicos. 2ª reimpressão. Curitiba: Juruá. 2013, p. 23.

²³ Ibid.

²⁴ BARROSO Roberto Luíz. **Interpretação e Aplicação da Constituição**: Fundamentos de uma Dogmática Constitucional Transformadora. 6ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 370,371.

²⁵ SANTORO Freitas Luciano de. **Morte Digna**: O Direito do Paciente Terminal. Curitiba, Juruá, 2010, p. 31-43.

A legislação penal brasileira não prevê especificamente e expressamente o conceito de eutanásia, contudo:

A exposição de motivos da Parte Especial do Código Penal, ao cuidar do homicídio privilegiado, expõe como exemplo o homicídio praticado por motivo de relevante valor moral – o homicídio eutanásico – ou seja, aquele movido pela compaixão ante o irremediável sofrimento da vítima.²⁶

Parte da doutrina entende que a eutanásia direta passiva trata-se de conduta com adequação típica ao crime de homicídio, com diminuição da pena. Cezar Roberto Bitencourt entende que o autor da prática da eutanásia deve ter sua pena reduzida por estar impelido de relevante valor moral em face de sua compaixão ou piedade ante o irremediável sofrimento da vítima²⁷.

Nelson Hungria, membro da Comissão Revisora do Anteprojeto do Código Penal, defendia que “o legislador brasileiro não se deixou convencer pelos argumentos que defendem, no tocante ao homicídio piedoso, a radical impunibilidade ou a faculdade de perdão judicial”²⁸.

Dessa forma, segundo tais posições doutrinárias, a prática da eutanásia, ativa direta e indireta, encontra-se na causa especial de diminuição de pena, prevista no artigo 121, §1º, do Código Penal, vez que, o autor da ação ou omissão estaria eliminando a vida da vítima, impelido por motivo de compaixão, para acabar com o sofrimento do enfermo.

Portanto, no Brasil, a prática da eutanásia é conduta criminalizada, embora possa ser considerada a causa especial de diminuição de pena.

2.5 Casos reais

Embora a prática da eutanásia seja considerada criminosa no Brasil, importante destacar o caso ocorrido na cidade de Rio Claro no estado de São Paulo, onde o Júri absolveu o homem que matou o seu irmão tetraplégico por piedade.

Segundo a matéria publicada:

²⁶ LIMA, C. A. S. *et al.* *Op cit*, p. 88.

²⁷ *Ibid*, p. 90.

²⁸ *Id*, p. 91.

O júri popular de Rio Claro (SP) absolveu Roberto Rodrigues de Oliveira nesta terça-feira (27), acusado de matar o irmão tetraplégico a tiros em 2011. A vítima, inconformada com a sua condição, pediu para morrer em uma simulação de assalto. O irmão foi detido três dias após o crime, mas logo foi solto e desde então respondia em liberdade por homicídio doloso, quando há a intenção de matar.

O advogado de defesa, Edmundo Canavezzi, disse que já esperava pela sentença favorável. “Roberto foi perdoado pela família e esse peso ele vai carregar pelo resto da vida. Os jurados acolheram a minha tese de que não se poderia esperar dele outra atitude senão àquela a qual ele adotou”, disse o defensor. O julgamento começou por volta das 9h30. Sete jurados participaram do júri. “Não dá para saber se a decisão foi unânime porque pela atual legislação processual penal quando se atinge o número de quatro votos o juiz encerra a votação”, explicou Canavezzi. O homicídio aconteceu em outubro de 2011 no bairro Jardim Novo 1. Durante as investigações, a polícia descobriu que Geraldo pediu a Roberto que planejasse um meio de matá-lo, simulando um assalto. Um sobrinho adolescente que morava com a vítima seria a única testemunha.

Após o crime, o sobrinho relatou em depoimento que Roberto invadiu a casa encapuzado e atirou contra Geraldo, que foi atingido no ombro e no pescoço. Ele ainda roubou R\$ 800 para que a polícia acreditasse em assalto. Em meio às investigações, o jovem mudou a versão e relatou que tudo tinha sido combinado entre eles. Sequência de tragédias: O advogado avaliou o caso como uma sequência de tragédias. Geraldo era casado e tinha um filho paraplégico, situação que ele não aceitava. Quando a criança tinha 8 anos, o pai sofreu um grave acidente que o deixou tetraplégico, em 2009. No mesmo ano, outro irmão dele morreu em um acidente. “Ele não se conformava e entendia que ele era quem deveria ter morrido, então começou a pensar seriamente em se matar”, contou o advogado. Geraldo pediu para a mulher sair de casa e quando ela se foi com o filho ele passou a ser cuidado por Roberto. A partir daí a vítima passou a exigir que o irmão o matasse. Roberto, por sua vez, não suportava ver o irmão naquela situação. Ele tinha problemas físicos graves, sentia dor ao passar a sonda para poder urinar e também estava deprimido, prisioneiro do próprio corpo. “Geraldo, Roberto e o sobrinho planejaram a morte. É uma situação bastante intensa em que você tem fundamentalmente um indivíduo muito pressionado e coagido pelas circunstâncias, que não tinha outra alternativa senão cumprir como designo do irmão”, disse o advogado. Após o crime, a polícia pediu a prisão temporária de Roberto. Pouco tempo depois ele foi solto para responder pelo crime em liberdade²⁹.

Da leitura é possível perceber que os jurados comoveram-se com a situação ocorrida, na medida em que conseguiram observar e até mesmo sentir a dura realidade que muitas famílias vivenciam, presas às formalidades do ordenamento jurídico

²⁹ RODRIGUES, Fabio. *G1 São Carlos e Araraquara. Júri absolve homem que matou tetraplégico a tiros a pedido da vítima*. 27/10/2015 16h00. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/10/juri-absolve-homem-que-matou-irmao-tetraplegico-tiros-pedido-da-vitima-rio-claro.html>>. Acesso em: 27/09/2016.

brasileiro, que considera a prática da eutanásia como um ato ilícito, contudo, por outro lado não possuem nenhum tipo de ajuda tampouco, assistência do Estado.

Outro caso digno de nota e que teve bastante repercussão nas Paraolimpíadas realizadas no Rio de Janeiro em 2016 foi o da paratleta belga que relatou o seu desejo de recorrer a eutanásia após o término dos jogos.

Segundo a matéria publicada:

A paratleta belga Marieke Vervoort virá competir na Paralímpiada do Rio de Janeiro 2016 com um pensamento em mente: conseguir o ouro para encerrar sua carreira e vida no topo. A velocista disse que irá pedir a eutanásia logo depois que voltar para a Europa. O procedimento é permitido na Bélgica desde 2002.

"O Rio é o meu último desejo. E espero acabar a carreira no pódio. Começo a pensar na eutanásia, sabendo que apesar da minha doença, vivi coisas que outros nem podem sonhar. Todo mundo me vê com a medalha de ouro, mas ninguém vê o lado obscuro", disse ela em entrevista ao jornal francês Le Parisien.

A belga de 37 anos sofre de uma síndrome que paralisou seu corpo da cintura para baixo. Ela disse que sente muitas dores e dorme no máximo dez minutos por noite, além de desmaiar constantemente em casa sozinha, sendo acordada pelo seu cachorro.

No Rio de Janeiro, ela irá participar das provas de 100, em que é a atual campeã mundial e olímpica, e 400 metros, em que foi prata em Londres 2012. A belga disse que já é "inútil" se queixar das dores, e que apesar de tudo, o esporte fez tudo por ela.

"Quando me sento na cadeira de rodas, tudo desaparece. Expulso os pensamentos obscuros, o medo, a tristeza e a frustração. Foi assim que ganhei tudo o que tenho", declarou ela, que já tem planos inclusive para o seu funeral.

"Quero que todo mundo e tenha uma taça de champanhe na mão e se lembre de mim", concluiu ela, que já deu entrada no pedido de eutanásia e tem a autorização de três médicos, requisito necessário para que seja aprovada³⁰.

Do texto depreende-se que as pessoas que estão nesta situação, em razão de uma enfermidade incurável ou em estágio terminal, alcançam um estágio em que percebem que a própria vida é o que lhe está causando dor e imenso sofrimento.

Nesse ponto, seria de extrema importância um olhar diferenciado e único para estas pessoas, tanto do Estado, quanto da própria sociedade.

³⁰ BAND. *Esportes*. **Paratleta belga quer pedir eutanásia após Rio 2016**. 07/08/2016 22h28. Disponível em: <<http://esporte.band.uol.com.br/rio-2016/noticia/100000817817/paratleta-belga-quer-pedir-eutanasia-apos-rio-2016.html>>. Acesso em: 27/09/2016.

2.6 Eutanásia no direito comparado

A eutanásia é um tema bastante polêmico em todo o mundo e vários países discutem há décadas quanto à sua legalização, sobretudo em razão do tema ainda ser considerado tabu em muitas regiões.

Após aproximadamente 30 (trinta) anos de discussão acerca do tema, o primeiro país do mundo a legalizar a prática da eutanásia foi a Holanda, no ano de 2002, por intermédio da Lei de Ajuda ao Paciente para morrer (*WTL – Wet Toetsing Levensbeëindiging* ³¹), a qual legalizou e regulou também a prática do suicídio assistido.

Nos termos da lei, somente o médico é pessoa capaz e autorizada para realizar tanto a prática da eutanásia, quanto a do suicídio assistido

Do mesmo modo, tal procedimento somente poderá ser realizado, se observados determinados critérios: (a) o paciente estiver sofrendo por possuir uma doença incurável ou por sentir dores insuportáveis; (b) estar em suas plenas faculdades mentais; (c) pedido a realização do procedimento de forma voluntária; (d) análise e aprovação do pedido por um terceiro médico.

Nessa seara, curioso o fato de que, a partir da idade de 12 (doze) anos, a prática pode ser solicitada pelo doente, entretanto, dos 12 (doze) aos 16 (dezesesseis) anos, os pais ou responsáveis pelo adolescente enfermo precisam concordar com o seu pedido, dos 16 (dezesesseis) anos aos 18 (dezoito) anos, o paciente pode realizar seu pedido independente da aprovação dos seus pais ou responsáveis, contudo, estes devem apenas estar envolvidos no processo de decisão, bem como de realização do procedimento.

Da análise, possível concluir que, embora o procedimento eutanásico seja permitido e legalizado, este somente irá efetivamente ocorrer depois de rigidamente analisados todos os requisitos autorizadores. Portanto, trata-se de sistema que indubitavelmente não afronta o princípio da dignidade da pessoa humana e a inviolabilidade do direito à vida. Isso porque, a inviolabilidade do direito à vida possui aplicação mitigada, a partir do momento em que a vida de um enfermo lhe traz sua própria indignidade.

³¹ BORST-EILERS, E.; KORTHALS, A. H. **Wet toetsing levensbeëindiging op verzoek en hulp bij zelfdoding**. 12/04/2001. Disponível em: <<http://wetten.overheid.nl/BWBR0012410/2014-02-15>>. Acesso em: 27/09/2016.

Por outro lado, outro país que seguiu os mesmos passos da Holanda, foi a Bélgica que, inclusive, legalizou a prática da eutanásia no mesmo ano. Não obstante, no sistema belga, a legislação sobre o tema sofreu algumas alterações no ano de 2014 e ficou um pouco mais flexível, na medida em que, diferentemente do sistema holandês, autorizou a prática do procedimento eutanásico para menores, sem limite mínimo de idade. Ao passo que, o primeiro caso da prática da eutanásia, nessa última hipótese, ocorreu na data de 17 de setembro do ano de 2016.

Segundo a matéria publicada:

A Bélgica, único país do mundo onde se pode aplicar a eutanásia sem limite mínimo de idade, foi praticado pela primeira vez a morte assistida a um menor, informou neste sábado (17) o jornal "Het Nieuwsblad".

O médico que aplicou a eutanásia entregou nesta semana um relatório para a Comissão Federal de Controle e Avaliação da Eutanásia, confirmou o jornal, que não divulgou a identidade, idade e nem a doença do paciente.

Em 2014, a Bélgica ampliou a lei sobre a eutanásia que estava vigente desde 2002 e se tornou o segundo país, depois da Holanda, em descriminalizar essa controversa prática médica em menores, e o primeiro a fazê-lo sem limite de idade.

A legislação holandesa estabelece que a pessoa tenha completado pelo menos 12 anos, enquanto na Bélgica não existe uma idade mínima, mas aponta que o menor necessita possuir uma noção de "capacidade de discernimento".

Os pacientes adultos que solicitem a eutanásia devem ter um parecer favorável de um médico que certifique a gravidade de seu estado.

A legislação também prevê que um segundo médico deve ser consultado antes de qualquer prática de eutanásia, e inclusive exige uma terceira opinião para os pacientes que não tenha uma doença terminal.

A aplicação da lei da eutanásia em menores foi muito criticada durante o processo parlamentar na Bélgica em 2014, especialmente pela Igreja Católica³².

Na América do Sul, nenhum país possui lei específica sobre o assunto. Entretanto, no Uruguai, o Código Penal (Lei 9.414 de junho do ano de 1934) estabelece que:

37. (Del homicidio piadoso)

Los Jueces tiene la facultad de exonerar de castigo al sujeto de antecedentes honorables, autor de un homicidio, efectuado por móviles de piedad, mediante súplicas reiteradas de la víctima³³.

³² G1. *Mundo. Bélgica aplica pela 1ª vez eutanásia em um paciente menor de idade.* 17/09/2016 09h57. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/09/belgica-aplica-pela-1-vez-eutanasia-em-um-paciente-menor-de-idade.html>>. Acesso em: 27/09/2016.

Ou seja, estabelece que os juízes possuem o poder de isentar de punição o sujeito da história honrosa, autor de um homicídio realizados por piedade móvel, através de repetidos apelos da vítima.

2.7 Projetos de Lei para a regulação diderenciada da eutanásia no Brasil

Encontra-se em análise no Congresso o anteprojeto de reforma do Código Penal Brasileiro que trata sobre a prática da Eutanásia e, nesta hipótese, diferencia a conduta do agente impelido por compaixão e piedade que venha a praticar o procedimento a pedido da vítima maior e imputável, para lhe abreviar seu sofrimento insuportável em razão da enfermidade que possui. No caso, a pena lhe será diminuída, como pode ser observado na proposta:

TÍTULO I DOS CRIMES CONTRA A PESSOA

CAPÍTULO I DOS CRIMES CONTRA A VIDA

Homicídio Art. 121. Matar alguém: Pena - Reclusão, de seis a vinte anos.

Forma qualificada

§ 1º Se o crime é cometido:

I - mediante paga, promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;

II - por motivo fútil;

III - por preconceito de raça, cor, etnia, sexo, condição física ou social, religião ou origem;

IV - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;

V - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

VI - para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime; VII - por grupo de extermínio: Pena - Reclusão, de doze a trinta anos.

Diminuição de pena

§ 2º A pena é diminuída de um sexto a um terço, se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violência emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima.

Eutanásia

§ 3º Se o autor do crime agiu por compaixão, a pedido da vítima, imputável e maior, para abreviar - lhe sofrimento físico insuportável, em razão de doença grave: Pena - Reclusão, de três a seis anos.

Exclusão de ilicitude

§ 4º Não constitui crime deixar de manter a vida de alguém por meio artificial, se previamente atestada por dois médicos, a morte como iminente e inevitável, e desde que haja consentimento do paciente, ou na sua

³³ RETA, A.; GREZZI, O. **Código Penal de la República Oriental del Uruguay**. 4ª Ed. Montevideo: Fundación de Cultura Universtária, 1996, p. 54. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/bioetica/penaluru.htm>>. Acesso em: 27/09/2016.

impossibilidade, de ascendente, descendente, cônjuge, companheiro ou irmão³⁴. – grifou-se.

Do exposto, é possível observar o lento avanço na proposta de alteração da legislação brasileira sobre a prática da eutanásia, trazendo a reforma do Código Penal inovação, mas apenas como elemento de redução de pena.

3. Considerações finais

O tema explanado expôs a dura realidade que muitas famílias e pacientes passam, presos às formalidades do ordenamento jurídico brasileiro que, considera a prática da eutanásia como um ato ilícito, por se tratar de uma interrupção ao ciclo vital normal, bem como, uma agressão direta a bem jurídico constitucionalmente tutelado, qual seja, a inviolabilidade do direito à vida.

Tudo isso, dentro de um arcabouço criado pelo Estado, que não olha para um único indivíduo em separado, parecendo não se importar se uma pessoa está agonizando num hospital, sendo mantida viva por intermédio de equipamentos, sofrendo, sentindo dor, causando dor aos seus familiares que não podem fazer nada por este enfermo, sabendo que está em estado terminal e sem previsão de tratamento, ou seja, o Estado não se importa com a verdadeira realidade, especificidade e condição de cada cidadão.

Reprime dessa forma o exercício da autonomia de vontade de cada indivíduo, bem como, por conseguinte, macula a imagem da dignidade da pessoa humana, que também é um princípio constitucional, elencado no rol das garantias fundamentais, o que torna o tema polêmico e de imensa complexidade paradoxal.

Contudo, como demonstrado, há de sempre ter em mente que o Direito é objeto social, é fruto das mudanças e transformações que a sociedade passa, sendo, portanto, um reflexo de tais acontecimentos. Pode-se, desta forma, ainda esperar por mudanças.

Não obstante, é possível verificar que isso já está acontecendo lentamente, como no caso real trazido à baila, ocorrido aqui no Brasil, em que Júri da cidade de Rio Claro, no estado de São Paulo, absolveu o homem que matou o seu irmão tetraplégico por piedade.

³⁴ BRASIL. *Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Reforma do Código Penal – relatório e anteprojeto de lei*. Disponível em: <http://www.mpdf.mp.br/portal/pdf/unidades/procuradoria_geral/nicceap/legis_armas/Legislacao_completa/Anteprojeto_Codigo_Penal.pdf>. Acesso em: 03/10/2016.

REFERÊNCIAS

ALEGRE, Martinez. **La dignidade de la persona como fundamento de ordenamento Constitucional Español**. León, Universidad de León, 1996.

BAND. *Esportes*. **Paratleta belga quer pedir eutanásia após Rio 2016**. 07/08/2016 22h28. Disponível em: <<http://esporte.band.uol.com.br/rio-2016/noticia/100000817817/paratleta-belga-quer-pedir-eutanasia-apos-rio-2016.html>>. Acesso em: 27/09/2016.

BARROSO Roberto Luíz. **Interpretação e Aplicação da Constituição: Fundamentos de uma Dogmática Constitucional Transformadora**. 6ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

BRASIL. *Conselho Federal de Medicina*. **Resolução CFM nº 1.480/97**. 21/08/1997. Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/1997/1480_1997.htm>. Acesso em: 23/05/2016.

_____. *Conselho Federal de Medicina*. **Resolução CFM nº 1.995/2012**. Dispõe sobre as diretivas antecipadas de vontade dos pacientes. 09/08/2012. Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2012/1995_2012.pdf>. Acesso em: 28/09/2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 05/10/1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 23/05/2016.

_____. **Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942**. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. 17/06/1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657.htm>. Acesso em: 28/09/2016.

_____. *Ministério Público do Distrito Federal e Territórios*. **Reforma do Código Penal** – relatório e anteprojeto de lei. Disponível em: <http://www.mpdf.mp.br/portal/pdf/unidades/procuradoria_geral/nicceap/legis_armas/Legislacao_completa/Anteprojeto_Codigo_Penal.pdf>. Acesso em: 03/10/2016.

_____. *Senado Federal*. **Projeto de Lei do Senado nº 125, de 1996**. Autoriza a prática a morte sem dor nos casos em que especifica e da outras providências. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/27928>>. Acesso em: 03/10/2016.

_____. *Unesco*. **Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos**. 10/2005. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001461/146180por.pdf>>. Acesso em: 30/05/2016.

_____. *Unicef. Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 10/12/1948. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm>. Acesso em: 23/05/2016.

BRUTTI, Tiago Anderson; MARDERO NETO, Rainére. Reflexões acerca da eutanásia: aspectos médicos e jurídicos. *In: XVI Seminário Internacional de Educação no Mercosul*. Disponível em: <<http://unicruz.edu.br/mercosul/pagina/anais/2014/DIREITO%20AO%20MAIS%20ALTO%20PATAMAR%20DE%20SAUDE%20FISICA%20E%20MENTAL/ARTIGO/ARTIGO%20-%20REFLEXOES%20ACERCA%20DA%20EUTANASIA.PDF>>. Acesso em: 30/05/2016.

CABETTE, Eduardo Luiz Santos. **Eutanásia e Ortotanásia**: Comentários à Resolução 1.805/06 CF. Aspectos Éticos e Jurídicos. 2ª reimpressão. Curitiba: Juruá. 2013..

CARVALHO, Gisele Mendes de. **Aspectos Jurídico-Penais da Eutanásia**. São Paulo: IBCCrim, 2001.

COSTA RICA; São José. **Convenção Americana sobre Direito Humanos**. 22/11/1969. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_america.htm>. Acesso em: 24/05/2016.

EUROPA. **European Council**. Disponível em: <<http://www.consilium.europa.eu/pt/european-council/>>. Acesso em: 28/09/2016.

FRANCE. **LOI n° 2016-87 du 2 février 2016 créant de nouveaux droits en faveur des malades et des personnes en fin de vie**. 3 février 2016. Disponível em: <<https://www.legifrance.gouv.fr/eli/loi/2016/2/2/2016-87/jo/texte>>. Acesso em: 28/09/2016.

G1. *Mundo*. **Bélgica aplica pela 1ª vez eutanásia em um paciente menor de idade**. 17/09/2016 09h57. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/09/belgica-aplica-pela-1-vez-eutanasia-em-um-paciente-menor-de-idade.html>>. Acesso em: 27/09/2016.

GRACIA, Diego. Historia de la Eutanásia. *In: La Eutanasia y el Arte de Morir*. Col. Dilemas éticos de la medicina – 4. Madrid: Universidad Pontificia Camillas, 1990.

GDDC. *Gabinete de documentação e direito comparado*. **Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e da Dignidade do Ser Humano face às Aplicações da Biologia e da Medicina**. Disponível em: <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhregionais/convbiologiaNOVO.html>>. Acesso em: 28/09/2016.

_____. **Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos**. 16/12/1966. Disponível em: <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/cidh-dudh-direitos-civis.html>>. Acesso em: 23/05/2016.

GETÚLIO, Daré Rabello. Coma e Estados Alterados de Consciência. *In:*

BACHES, Luiz Alberto; NITRINI, Ricardo. **A neurologia que todo médico deve saber**. Rio de Janeiro, Atheneu Rio, 2015.

GOIÁS. *Justiça Federal Seção Judiciária do Estado de Goiás*. **Sentença Tipo A Processo nº 1039-86.2013.4.01.3500**. Ação Civil Pública. Juiz Federal Substituto Eduardo Pereira da Silva. Julgado em: 21/02/2014. Disponível em: <<http://testamentovital.com.br/wp-content/uploads/2014/07/senten%C3%A7a-ACP-testamento-vital.pdf>>. Acesso em: 28/09/2016.

JUSTIA. *México*. **Ley De Voluntad Anticipada Para El Distrito Federal**. Disponível em: <<http://mexico.justia.com/estados/df/leyes/ley-de-voluntad-anticipada-para-el-distrito-federal/>>. Acesso em: 28/09/2016.

LIMA, C. A. S.; LOPES, A. C.; SANTORO, L. F. **Eutanásia, Ortotanásia e Distanásia: Aspectos médicos e jurídicos**. 2ª Ed. São Paulo: Atheneu, 2014.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes e Outros Escritos**. Tradução de Leopoldo Holzbach. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MORAES, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais: teoria geral: comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil: doutrina e jurisprudência**. 7ª Ed. São Paulo, Atlas, 2006.

_____. **Direitos Humanos Fundamentais: teoria geral: comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil: doutrina e jurisprudência**. 8ª Ed. São Paulo, Atlas, 2007.

NIPPERDEY, H. C. *In: GRUNDRECHTE, Die*. **Neumann/Nipperdey/Scheuner**. Volume 2.

PORTO RICO. *LexJuris*. **Ley Núm. 160 de 17 de Noviembre de 2001**. Disponível em: <<http://www.lexjuris.com/lexlex/leyes2001/lex2001160.htm>>. Acesso em: 28/09/2016.

RODRIGO, Sílvio. **Direito Civil: Parte Geral**. 34ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

RODRIGUES, Fabio. *G1 São Carlos e Araraquara*. **Júri absolve homem que matou tetraplégico a tiros a pedido da vítima**. 27/10/2015 16h00. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/10/juri-absolve-homem-que-matou-irmao-tetraplegico-tiros-pedido-da-vitima-rio-claro.html>>. Acesso em: 27/09/2016.

SANTORO Freitas Luciano de. **Morte Digna: O Direito do Paciente Terminal**. Curitiba, Juruá, 2010.

SARLET, Ingo Wolfing. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 8ª Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 32ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

SZTAJN, Rachel. **Autonomia Privada e Direito de Morrer**: eutanásia e suicídio assistido. São Paulo: Cultural Paulista, 2002.

UNITED KINGDOM. *Legislation.gov.uk*. **Mental Capacity Act 2005**. Disponível em: <<http://www.legislation.gov.uk/ukpga/2005/9/contents>>. Acesso em: 28/09/2016.